EXTRATO DA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 08 DE JANEIRO DE 2019.

Aos oito dias do mês de janeiro de 2019, às 10h30min, na sala própria do Edifício do Ministério Público do Estado de São Paulo, situado na Rua Riachuelo nº 115, nesta Capital, foi realizada a sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, presentes o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Gianpaolo Poggio Smanio, a Corregedora-Geral do Ministério Público, Doutora Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, bem como os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Walter Paulo Sabella, Ana Margarida Machado Junqueira Beneduce, Olheno Ricardo de Souza Scucuglia, Hamilton Alonso Junior, Pedro de Jesus Juliotti, Augusto Eduardo de Souza Rossini, Joiese Filomena Teoto Buffulin Salles, José Roberto Rochel de Oliveira e Eduardo Roberto Alcântara Del-Campo, desenvolvendo-se os trabalhos consoante segue registrado adiante. **1 – CONFERÊNCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA REUNIÃO** – Presentes Conselheiros em número suficiente à realização da sessão, instalou-se a reunião, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Conselheiro Smanio. **2 – LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA** - Aprovada, sem ressalvas, a ata da 38ª Reunião Ordinária do Colegiado, ocorrida em 11 de dezembro de 2018, dispensando-se sua leitura, posto que enviada antecipadamente, a todos os Conselheiros, a respectiva minuta. **3 – LEITURA DO EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE** – O Conselheiro Smanio: (a) saudou a todos, desejando um ano de trabalho inspirado, profícuo e harmonioso ao Colegiado, saudando, em especial, a Conselheira Tereza Exner, em sua primeira reunião como Corregedora-Geral, desejando-lhe sucesso e realizações à frente da Corregedoria-Geral do Ministério Público; (b) relatou o andamento dos trabalhos em Brasília, destacando que a pauta deste início de ano e de Governo está concentrada nas questões econômicas, com destaque para a previdência, acrescentando que, no

Estado, têm início as conversações com o novo Governo, relacionadas mais especificamente com orçamento; (c) cumprimentou a todos os Promotores e Procuradores de Justiça que, consigo, ingressaram no Ministério Público, em 08 de janeiro de 1988, completando nesta data trinta e um anos de Carreira; e, (d) formulou votos de pesar pelo falecimento do Doutor Marco Antônio Vargas Pereira, Promotor de Justiça Aposentado e pai do Doutor Leonardo D'Angelo Vargas Pereira, Promotor de Justiça; e, da Senhora Marica Cecília Meirelles Ortiz, mãe do Doutor João Carlos Meirelles Ortiz, 6º Promotor de Justiça de Santos, que foram aprovados à unanimidade. **4 – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS** –

Aberta a palavra aos Conselheiros, todos fizeram referência ao início dos trabalhos neste ano e congratularam-se com a Conselheira Tereza Exner, por sua primeira reunião no exercício do cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público, ressaltando-se suas qualidades e o fato de ser a primeira mulher à frente desse cargo da Administração Superior da Instituição, agradecendo ela os bons votos e afirmando que estará atenta para que o Ministério Público de São Paulo se mantenha como uma Instituição que trabalha, trabalha muito e muito bem. A Conselheira Joiese parabenizou a Procuradoria-Geral de Justiça, por evento realizado no final de 2018, com a presença de representantes dos vários segmentos religiosos, enaltecendo a necessidade de paz e cooperação entre todos; mencionou também a preocupação com os índices de feminicídio divulgados pela imprensa, o que demanda a necessidade de uma profunda reflexão Institucional sobre o tema e estruturação das Promotorias de Justiça que tratam da matéria. O Conselheiro Rossini apresentou o seguinte requerimento: “Nos últimos meses, este CSMP tem sido instado a enfrentar, por conta das análises das promoções de arquivamento de inquéritos civis, a tormentosa questão atinente à possibilidade ou não de transação nos casos de investigação de atos de improbidade administrativa. E os avanços são inegáveis. No dia

29/11/2018, o Portal Institucional noticiou, através de publicação do Núcleo de Comunicação Social, a celebração de “termo de autocomposição”, entre o Ministério Público do Estado de São Paulo e a CCR, por intermédio do qual referida empresa teria se comprometido a “pagar” aos cofres públicos, a “título de reparação, danos morais coletivos e multas”, o valor de R\$ 81,5 milhões, dos quais R\$ 15 milhões serão destinados à Faculdade de Direito do Largo São Francisco. O inquérito civil, como é cediço, é o instrumento do qual dispõe o órgão de execução dotado de atribuição para a defesa de interesses difusos e coletivos. De se esperar, portanto, que o noticiado “termo de autocomposição” tenha sido entabulado no bojo desse tipo de procedimento civil. O Ato Normativo nº 665/2010 instituiu, no Ministério Público do Estado de São Paulo, o sistema integrado de registro e gestão dos procedimentos das áreas de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (SIS MP Integrado), o qual armazena os dados, registros e principais peças das ações e dos procedimentos em curso nas Promotorias de Justiça. Nada obstante a relevância dada à notícia acima citada, replicada em diversos veículos de comunicação social, inclusive os da grande imprensa, até o presente momento não se registra a submissão da promoção de arquivamento – ainda que parcial – do respectivo inquérito civil no bojo do qual deve ter sido entabulado o “termo de autocomposição”, para a revisão por parte deste E. Colegiado. Realizada pesquisa no SIS MP Integrado em busca de maiores informações sobre o andamento, o resultado demonstrou que não há anexação de peças atinentes à referida composição; nem sequer a portaria inaugural do respectivo inquérito civil parece ter sido carregada ao sistema. A investigação deverá, necessariamente, desaguar na propositura de ação civil pública, na promoção de arquivamento ou na celebração de termo de compromisso de ajustamento de conduta, com a respectiva promoção de arquivamento. Celebrado “termo de

autocomposição” entre o Ministério Público e a CCR, de se esperar que a respectiva e necessária promoção de arquivamento – ainda que parcial, na medida em que noticiado o prosseguimento das investigações – seja submetida ao crivo do Conselho Superior do Ministério Público, para a revisão do ato. Esta é a regra instituída pelo microssistema de defesa dos interesses difusos e coletivos, replicada expressamente no artigo 9º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 112 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e Atos Normativos que regem a matéria. Hugo Nigro Mazzilli ensina que “essa revisão não se destina a condicionar a eficácia do compromisso, mas sim deverá ocorrer porque o compromisso importa, implícita ou expressamente, o encerramento total ou parcial das investigações ministeriais a propósito da questão acordada. E o colegiado competente pode entender insatisfatória a solução alcançada e determinar outras diligências no inquérito civil, ou pode determinar até mesmo a propositura de ação civil pública por outro membro da instituição.” (*A defesa dos interesses difusos em juízo*. São Paulo: Saraiva, 2017. 30ª Edição. Pg. 525). Portanto, a composição entre o MPSP e a CCR, independentemente do nome que se dê ao acordo, implica sim no “encerramento total ou parcial das investigações ministeriais”, pelo menos em relação à empresa investigada; caso contrário, não trataria o acordo sobre temas como a reparação de danos morais, materiais e o pagamento de multa, consoante fora noticiado. A notícia veiculada no Portal do Ministério Público replica argumento de um dos órgãos de execução que firmaram o documento, dando conta de que o “termo de autocomposição” dispensava a “fase processual de ajuizar ação e toda a discussão inerente a ela”, a nos fazer concluir, com ainda mais certeza, de que composição houve no curso de inquérito civil, e não em ação judicial em andamento. Inimaginável, de outra parte, a propositura de ação civil pública sem pretensão resistida, somente para fins de se buscar a homologação judicial de “termo de autocomposição”,

em manifesta burla ao sistema de defesa dos interesses difusos e coletivos, de forma a suprimir do CSMP a atribuição de órgão revisor de ajustamentos de conduta – suprimindo-se, num primeiro momento, relevantíssima atribuição deste Sodalício, desdobrando-se em amesquinçamento das relevantes funções do próprio Ministério Público, que deixará de dar natureza jurídica de título executivo aos termos de ajustamento que celebra *interna corporis*, quaisquer que sejam as suas nomenclaturas. A questão ganha ainda maior relevo ante a precisa lição de Hugo Nigro Mazzilli, rememorando-nos da impossibilidade de *autocomposição* nos casos de improbidade administrativa: “Registre-se, por fim, que o artigo 36 da Lei de Mediação (Lei n. 13.140/15) admite composição extrajudicial de conflito que envolva "controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a administração pública federal", inclusive em ação de improbidade administrativa (artigo 36, §4º). Esses dispositivos não revogaram, porém, a vedação à transação nas ações de improbidade administrativa (LIA, art. 17, 1º), porque, nos termos do artigo 3º da Lei nº 13.140/15 essa mediação só pode versar sobre "direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação" (sic). Neste dispositivo, ali estava apenas querendo permitir mediação quanto a efeitos patrimoniais disponíveis oriundos de direitos indisponíveis; quanto aos direitos indisponíveis dificultam a Lei nº 8429/92, não cabe mesmo transação.” (Op. Cit. Pg. 499.). Nessa ordem de ideias, são atribuições do CSMP, estatuídas no artigo 36 da LOMPESP, “sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços”, “editar assentos de caráter normativo em matéria de sua competência”, além de solicitar informações ao Corregedor-Geral do Ministério Público sobre a conduta e atuação funcional dos membros do Ministério Público e sugerir a realização de

correições e visitas de inspeção para a verificação de eventuais irregularidades nos serviços. Portanto, considerando a notícia supracitada, veiculada pelo Núcleo de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de São Paulo e tendo em conta que, decorrido o prazo legal, o respectivo inquérito civil não aportou neste CSMP para a revisão daquele “termo de autocomposição”, com constatada ausência de adequada alimentação dos dados respectivos no SIS MP Integrado, respeitosamente, requer-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, por intermédio do Exmo. Procurador de Justiça Secretário deste E. Colegiado, seja solicitada cópia integral do inquérito civil n.º 0695.000295/2018 no bojo do qual foi entabulado o “termo de autocomposição”, acompanhadas das informações pertinentes dos respectivos subscritores a propósito desta manifestação”, aprovando-se, à unanimidade, a expedição de ofício requerida. O Conselheiro Juliotti registrou a premiação do Instituto “Não Aceito Corrupção”, presidido pelo Promotor de Justiça, no dia 12 de dezembro de 2018, no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados, outorgado pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados a organismos que se destacam na promoção da transparência e do combate à corrupção, propondo voto de louvor a seu Presidente, o Promotor de Justiça Doutor Roberto Livianu, que foi aprovado à unanimidade. O Conselheiro Hamilton cumprimentou a todos os Promotores e Procuradores de Justiça que, consigo, ingressaram no Ministério Público, em 09 de janeiro de 1986, pelos trinta e três anos de Carreira. O Conselheiro Olheno cumprimentou a todos os Promotores e Procuradores de Justiça que, consigo, ingressaram no Ministério Público, em 23 de dezembro de 1986, pelos trinta e dois anos de Carreira. A Conselheira Ana Margarida registrou a memória de seu pai, Doutor Manoel Octaviano Junqueira Filho, que, na condição de Procurador de Justiça, integrou a Banca Examinadora do Concurso em que foi aprovado o Conselheiro Hamilton, ao que o Conselheiro Smanio ressaltou a grande

importância do Doutor Manoel Junqueira na história da Instituição. O Conselheiro Rochel prestou homenagens à memória do Doutor Marco Antônio Vargas Pereira, com que, juntamente com a Conselheira Joiese, trabalhou por anos na Promotoria de Justiça Criminal de Santana. **5.**

LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA - Lida a ordem do dia, seguiu-se a discussão e votação das matérias dela constantes, consoante consignado adiante: **5.1.** Aprovou-se à unanimidade a expedição de edital de concurso para promoção, por antiguidade, do cargo de 6º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível, vago decorrente da aposentadoria do Doutor José Eduardo Fernandes Casarini, considerada a transferência da Doutora Paula Castanheira Lamenza. **5.2.** Aprovados, à unanimidade, os votos da Comissão de Movimentação na Carreira referentes às manifestações de interesse formuladas em relação a cargos de entrâncias final e intermediária, bem como a expedição de editais para concursos de promoção e remoção para os seguintes cargos vagos: **5.2.1.** Entrância Final: (a) Remoção Antiguidade: 1º Promotor de Justiça de Caraguatatuba, 2º Promotor de Justiça Criminal de Santana, 11º Promotor de Justiça de Guarulhos, 4º Promotor de Justiça do III Tribunal do Júri e 7º Promotor de Justiça de Jaú*; B) Remoção Merecimento: 27º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, 113º Promotor de Justiça Criminal, 4º Promotor de Justiça de Guarujá, 3º Promotor de Justiça Militar, 5º Promotor de Justiça Cível do Jabaquara e 90º Promotor de Justiça Criminal; (c) Promoção Antiguidade: 4º Promotor de Justiça de Andradina*, 8º Promotor de Justiça de Mauá*, 4º Promotor de Justiça de Caraguatatuba*, 4º Promotor de Justiça de Suzano*, 5º Promotor de Justiça de Ferraz de Vasconcelos*, 1º Promotor de Justiça de Araraquara, 9º Promotor de Justiça de Mauá *, 46º Promotor de Justiça da Capital, 3º Promotor de Justiça de Cotia, 3º Promotor de Justiça de Embu das Artes, 2º Promotor de Justiça de Francisco Morato, 2º Promotor de Justiça de Mauá, 7º Promotor de Justiça de Mogi das Cruzes,

8º Promotor de Justiça de Praia Grande e 5º Promotor de Justiça de Taboão da Serra*; (d) Promoção Merecimento: 2º Promotor de Justiça de Caraguatatuba*, 3º Promotor de Justiça de Caraguatatuba*, 4º Promotor de Justiça de Ferraz de Vasconcelos*, 3º Promotor de Justiça de Mauá, 1º Promotor de Justiça de Suzano*, 3º Promotor de Justiça de Itapeva, 10º Promotor de Justiça de Mauá*, 2º Promotor de Justiça de Cotia, 4º Promotor de Justiça de Cotia, 3º Promotor de Justiça de Ferraz de Vasconcelos, 6º Promotor de Justiça de Itaquaquecetuba, 6º Promotor de Justiça de Mauá, 15º Promotor de Justiça de Piracicaba, 8º Promotor de Justiça de Assis* e 6º Promotor de Justiça de Taboão da Serra*. **5.2.2.** Entrância Intermediária: a) Remoção Antiguidade: 3º Promotor de Justiça de Caçapava* e 1º Promotor de Justiça de Vinhedo; (b) Remoção Merecimento: 1º Promotor de Justiça de Franco da Rocha e 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Santos; (c) Promoção Antiguidade: 1º Promotor de Justiça de Cajamar, 2º Promotor de Justiça de Mairiporã, 4º Promotor de Justiça de São Sebastião*, Promotor de Justiça de Artur Nogueira*, 2º Promotor de Justiça de Arujá, 1º Promotor de Justiça de Birigui, 3º Promotor de Justiça de Dracena, 3º Promotor de Justiça de Mairiporã e 3º Promotor de Justiça de Itapira*; (d) Promoção Merecimento: 2º Promotor de Justiça de Ituverava, 2º Promotor de Justiça de Poá, 4º Promotor de Justiça de Taquaritinga*, 1º Promotor de Justiça de Arujá, 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Piracicaba, 4º Promotor de Justiça de Cruzeiro, 2º Promotor de Justiça de Franco da Rocha, 4º Promotor de Justiça de Penápolis e 4º Promotor de Justiça de Sta. Cruz do Rio Pardo*. **5.3.** A Comissão de Movimentação na Carreira apresentou ao Colegiado, em relação à regulamentação da Manifestação de Interesse, apresentou o seguinte voto: Senhores Conselheiros: No biênio 2000/2001, os então Conselheiros deste Colegiado, idealizaram e implantaram a “Manifestação de Interesse” como fórmula para definir o critério de provimento dos cargos vagos da carreira, quando passíveis de provimento tanto pelo critério da

promoção, como da remoção, por meio de consulta prévia aos interessados na titularização desses cargos. Ao longo dos anos, sedimentaram-se o procedimento próprio à consulta e as regras para a definição pretendida. Entretanto, esse conjunto normativo aplicado à "Manifestação de Interesse", embora já tenha sido incorporado aos usos e costumes da movimentação na carreira, quer porque debatido intensamente com a classe, quer porque vem sendo adotado ininterruptamente há quase uma década, não foi instituído em forma de regulamento escrito. O Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, instado a dizer sobre a validade da colheita dessa prévia manifestação de interesse, nos autos do PCA n. 1931/2010-13, assim decidiu: "1. A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo ... é omissa quanto à precedência da remoção com relação à promoção, e vice-versa, exigindo apenas a alternância entre os critérios da antiguidade e merecimento. Deferiu a lei que a opção de o provimento dar-se por promoção ou remoção cabe ao Conselho Superior do Ministério Público. 2. A concessão de oportunidade dada pelo CSMP-SP a qualquer membro do Ministério Público de manifestar, previamente, sua vontade sobre a forma (promoção ou remoção) do provimento de cargo a ser colocado em concurso surgiu com a finalidade de dar maior transparência às ações do Conselho Superior do Ministério Público, mormente em tema sensível, que afeta não só a vida do Promotor de Justiça, mas também a de seus familiares". Tal r. decisão condicionou a utilização do instrumento à necessidade de justificativa para a adoção desse ou daquele critério, sempre observando a alternância entre antiguidade e merecimento, conforme a data de vacância dos cargos em concurso. E, ao decidir sobre impugnação ao concurso de provimento do cargo de 4º Promotor de Justiça de Catanduva, nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01062/2017-76, o Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público afirmou a regularidade de se proceder à consulta

nominada “Manifestação de Interesse”, para a definição do critério de provimento do cargo vago, observando, no entanto, que, na ausência de regramento “específico e objetivo acerca do tema”, eventual anulação do concurso já iniciado, com o fito de alterar o critério estabelecido, sem que se demonstre ocorrência de má-fé nos atos que levaram à sua fixação, importa em “violação a postulados constitucionais de primeira grandeza” (fls. 12). Por isto, recomendou a este Colegiado a aprovação de regulamento próprio à definição do critério de provimento dos cargos vagos (fls. 14). Assim, esta Comissão de “Movimentação na Carreira”, buscando consolidar um estatuto para regular de forma definitiva a “Manifestação de Interesse”, apresentou aos Senhores Conselheiros a seguinte minuta de alteração do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (Ato nº 005/94 – CSMP, de 18 de outubro de 1994): “Ato nº .../18 – CSMP, de ... de de Altera o artigo 54 do Ato nº 005/94 – CSMP, de 18 de outubro de 1994, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, e dá providências correlatas. O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, na forma do art. 36, XXIII, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, resolve editar o seguinte Ato: Art. 1º - O artigo 54 do Ato nº 005/94 – CSMP, de 18 de outubro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 54 – Observadas a necessidade e o interesse do serviço, a expedição de edital para concurso de provimento de cargo vago que comporte preenchimento por promoção e remoção, prevista no artigo 36, XIII, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, será precedida de consulta aos interessados, por meio da manifestação de interesse. § 1º - Deliberada a abertura do concurso de provimento do cargo, o Conselho expedirá aviso com prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação dos candidatos quanto ao interesse no seu preenchimento por promoção ou remoção. § 2º - Colhidas as manifestações de interesse, no prazo de 3 (três) dias úteis, a Comissão de

Movimentação na Carreira elaborará voto, apontando ao Colegiado o critério de provimento do cargo, considerando as expectativas de carreira dos interessados. § 3º - A expectativa de carreira mais antiga será definida pelo confronto entre o tempo de cargo para os que pretendem remoção e o tempo de entrância para os que pleitearem promoção. § 4º - Havendo empate nas expectativas, o pleito será resolvido com a observância dos critérios de antiguidade previstos no artigo 135, § 2º, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993. § 5º - A Comissão de Movimentação na Carreira fará publicar seu voto para impugnações, reclamações ou desistências dos interessados no prazo de 2 (dois) dias úteis, submetendo-os, juntamente com eventuais impugnações ou reclamações, à deliberação do Colegiado na primeira reunião ordinária que suceder ao término desse prazo. § 6º - Não será definido o critério em favor do candidato que tenha sofrido pena disciplinar ou remoção compulsória no período de 1 (um) ano, anterior à data da publicação dos votos da Comissão de Movimentação na Carreira. § 7º - Fundamentadamente, observado o interesse público, o Colegiado poderá deliberar pela adoção de critério de provimento diverso do indicado pela Comissão de Movimentação na Carreira. § 8º - A definição do critério de abertura do cargo vincula o candidato indicado como detentor da expectativa de carreira mais antiga à inscrição e manutenção de sua inscrição até final indicação, sob pena de anulação do certame. § 9º - Fundamentadamente e por 2/3 (dois terços) de seus membros, observado o interesse público, o Colegiado poderá desvincular da inscrição ou de sua manutenção até final indicação, o candidato cuja expectativa de carreira mais antiga definiu o critério de provimento, convalidando o concurso em andamento. § 10 – A deliberação deverá ser tomada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência da vaga, salvo situações especiais, em consequência do número de vagas, mediante decisão fundamentada (v. art. 143, §§ 1º e 2º, da

LOEMP). § 11 – Salvo motivo de interesse público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vacância do cargo, será expedido edital para seu preenchimento por remoção ou promoção (v. art. 36, XIII, da LOEMP). Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. São Paulo, ... de ... de ... " Acolhendo sugestão da Comissão, o Colegiado deliberou pela necessidade de dar conhecimento de seu inteiro teor à classe, possibilitando a apresentação de sugestões à sua concretização, para consolidação de texto para apresentação a este Plenário. Publicada no DOE, por três vezes (25/05, 13 e 20/06/2018, três foram as sugestões apresentadas: 1. Os Promotores de Justiça Mário Coimbra, Lincoln Gakiya, Gilson Antunes Martins e Márcio Kuhne Prado Júnior, sugerem que a adoção de critério único para definir as disputas entre os membros que pretendem remoção e promoção, ou seja, tempo de cargo ou tempo de entrância para ambos, representaria tratamento isonômico, de modo a eliminar a "distorção e tratamento desigual entre os postulantes" (fls. 29/32); 2. O Promotor de Justiça Nilton Belli Filho aponta a necessidade de se privilegiar a expectativa dos Promotores de Justiça que apresentarem notória especialização para o cargo em disputa; 3. E, o Promotor de Justiça Luiz Henrique Cardoso Dal Poz propõe a adoção de período de quarentena para que o Promotor de Justiça que pretende remoção retome a integralidade de seu tempo de entrância, para com esse tempo concorrer ao cargo em disputa. Aguardava-se, então, a finalização dos trabalhos da Comissão de Revisão do Regimento Interno, para que, em conjunto, fossem examinadas todas as alterações necessárias em relação ao nosso Estatuto. Entretanto, como essa Comissão, embora todo o trabalho até então desenvolvido, ainda não teve tempo hábil para finalizar a proposta de revisão, havendo recomendação do CNMP no sentido de que este Colegiado promova a regulamentação material da Manifestação de Interesse, entende-se por bem, em consenso com os Senhores Conselheiros, em apresentar à votação as alterações

estatutárias a respeito desse item da movimentação na carreira. Inicialmente, é de se destacar que a classe, em sua esmagadora maioria, aplaude a Manifestação de Interesse como forma de consulta prévia à definição do provimento de cargos por promoção ou remoção, tanto que as sugestões colhidas, após ampla divulgação na classe, dizem respeito a aspecto pontual do anteprojeto. E, analisando as propostas apresentadas pela classe, tem-se que a proposta número 2 já encontra guarida no Anteprojeto de alteração, que, no §7º, do artigo 54, prevê a possibilidade de “fundamentadamente, observado o interesse público, o Conselho poderá deliberar pela adoção de critério de provimento diverso do indicado pela Comissão de Movimentação na Carreira”, criando a excepcionalidade de se contemplar a abertura do cargo em razão da notória especialização de um dos concorrentes. No que diz respeito às outras duas propostas, suas razões e seus desideratos se confundem e se complementam, ou seja, encontrando-se a carreira praticamente estagnada, no que diz respeito à possibilidade de se chegar ao seu degrau máximo, que é o cargo de Procurador de Justiça, a efetivação de uma remoção em determinado momento da carreira, para cargo que se entenda mais apropriado às condições de trabalho e de vida do Promotor de Justiça, não deve significar punição infundável à consecução de uma nova remoção, para cargo que ainda melhor se adeque a tais condições. A proposta de uma quarentena, dessa forma, se mostra bastante aceitável, entendendo esta Comissão que um prazo razoável para que o Promotor de Justiça que se removeu retome como expectativa todo o seu tempo de entrância seria de cinco anos, o que também serviria ao desiderato de se evitar aquilo que chamamos de “dança das cadeiras” pelos mais antigos, privilegiando-se, em tais casos, a promoção, que é a forma de provimento que abriga a verticalidade, que deve ser preponderante em uma Carreira como a nossa, que se inicia no cargo de Promotor de Justiça Substituto e culmina no de

Procurador de Justiça, posto que o acesso aos seus degraus se dá por meio de tal critério. E, se acolhida tal sugestão pelo Colegiado, propõe-se a seguinte alteração no § 3º do artigo 54: § 3º - A expectativa de carreira mais antiga será definida *pelo confronto entre o tempo de entrância dos concorrentes, salvo se o candidato à remoção ainda não contar cinco anos no cargo em que se encontra, quando tal expectativa será definida entre o tempo de cargo para os que pretendem remoção e o tempo de entrância para os que pleitearem promoção*. Este é o voto. São Paulo, 07 de janeiro de 2019. A Comissão de Movimentação na Carreira: Joiese F. T. Buffulin Salles e Olheo R. S. Scucuglia – Conselheiros”. Após discussão da matéria, entendeu-se, à unanimidade, pela manutenção da redação originalmente formulada, sem alterações nas questões relativas ao tempo de entrância para os que pretendem remoção, aprovando-se o Ato com a seguinte redação: “Ato nº .../18 – CSMP, de ... de de Altera o artigo 54 do Ato nº 005/94 – CSMP, de 18 de outubro de 1994, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, e dá providências correlatas. O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, na forma do art. 36, XXIII, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, resolve editar o seguinte Ato: Art. 1º - O artigo 54 do Ato nº 005/94 – CSMP, de 18 de outubro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 54 – Observadas a necessidade e o interesse do serviço, a expedição de edital para concurso de provimento de cargo vago que comporte preenchimento por promoção e remoção, prevista no artigo 36, XIII, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, será precedida de consulta aos interessados, por meio da manifestação de interesse. § 1º - Deliberada a abertura do concurso de provimento do cargo, o Conselho expedirá aviso com prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação dos candidatos quanto ao interesse no seu preenchimento por promoção ou remoção. § 2º - Colhidas as manifestações de interesse, no prazo de 3 (três) dias úteis, a Comissão de

Movimentação na Carreira elaborará voto, apontando ao Colegiado o critério de provimento do cargo, considerando as expectativas de carreira dos interessados. § 3º - A expectativa de carreira mais antiga será definida pelo confronto entre o tempo de cargo para os que pretendem remoção e o tempo de entrância para os que pleitearem promoção. § 4º - Havendo empate nas expectativas, o pleito será resolvido com a observância dos critérios de antiguidade previstos no artigo 135, § 2º, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993. § 5º - A Comissão de Movimentação na Carreira fará publicar seu voto para impugnações, reclamações ou desistências dos interessados no prazo de 2 (dois) dias úteis, submetendo-os, juntamente com eventuais impugnações ou reclamações, à deliberação do Colegiado na primeira reunião ordinária que suceder ao término desse prazo. § 6º - Não será definido o critério em favor do candidato que tenha sofrido pena disciplinar ou remoção compulsória no período de 1 (um) ano, anterior à data da publicação dos votos da Comissão de Movimentação na Carreira. § 7º - Fundamentadamente, observado o interesse público, o Colegiado poderá deliberar pela adoção de critério de provimento diverso do indicado pela Comissão de Movimentação na Carreira. § 8º - A definição do critério de abertura do cargo vincula o candidato indicado como detentor da expectativa de carreira mais antiga à inscrição e manutenção de sua inscrição até final indicação, sob pena de anulação do certame. § 9º - Fundamentadamente e por 2/3 (dois terços) de seus membros, observado o interesse público, o Colegiado poderá desvincular da inscrição ou de sua manutenção até final indicação, o candidato cuja expectativa de carreira mais antiga definiu o critério de provimento, convalidando o concurso em andamento. § 10 – A deliberação deverá ser tomada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência da vaga, salvo situações especiais, em consequência do número de vagas, mediante decisão fundamentada (v. art. 143, §§ 1º e 2º, da

LOEMP). § 11 – Salvo motivo de interesse público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vacância do cargo, será expedido edital para seu preenchimento por remoção ou promoção (v. art. 36, XIII, da LOEMP). Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação. São Paulo, ... de ... de ... ", o qual será devidamente numerado e publicado pela Secretaria. **5.4.** Aprovaram-se, à unanimidade, os pedidos de residência fora da Comarca, formulados pelos Doutores Fernando Vernice dos Anjos, 17º Promotor de Justiça de Guarulhos (Pt 97.647/18 – Relator Conselheiro Hamilton); Carla Murcia Santos, Promotora de Justiça de Embu-Guaçu (Pt 100.880/18 – Relator Conselheiro Hamilton); Silvio Fernando de Brito, 3º Promotor de Justiça de Santana do Parnaíba (Pt 93.702/18 – Relator Conselheiro Sabella); e, Tatiane Villaverde Alves, 8ª Promotora de Justiça de Carapicuíba (Pt 98.515/18 – Relator Conselheiro Sabella). **5.5.** Aprovado, por unanimidade, o regulamento das eleições para escolha de representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo, nas listas de candidatos ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça, consoante relatório apresentado pelo Conselheiro Del-Campo, indicando-se para composição da Comissão Eleitoral, nos termos do ato aprovado, como membros natos, os Conselheiro Smanio e Olheno, respectivamente Presidente e Secretário do CSMP, e como membros indicados pelo Colegiado os Conselheiros Ana Margarida, Rossini e Del-Campo. **6 – CIÊNCIA DE PROTOCOLADOS:** O Colegiado tomou ciência dos seguintes protocolados: **6.1.** Pt. 106.435/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Paulo Afonso Garrido de Paula, Corregedor Geral do Ministério Público, apresentando o relatório de atividades realizadas pela Corregedoria Geral, no mês de novembro de 2018. **6.2.** Pt. 106.644/18 – Ofício encaminhado pela Doutor Hélio Loma Garcia, 5º Promotor de Justiça Criminal de Santana, com cópia da Ata de reunião realizada no Foro Regional de Santana, no dia 09 de outubro de 2018, com os representantes dos grupos Alcoólicos Anônimos (A.A.), Al-Anon,

Amor Exigente, Associação Antialcoólica do Estado de São Paulo (A.A.E.S.P.), Nar-Anon e Narcóticos Anônimos (N.A.), para conhecimento.

6.3. Pt. 105.045/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Jair Burgui Manzano, 129º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, com cópia da Ata da Reunião Ordinária mensal e do relatório de Distribuição das atividades da Procuradoria de Justiça Criminal, referente ao mês de novembro de 2018.

6.4. Pt. 106.464/18 – Ofício encaminhado pela Doutora Regislaine Topassi, Promotora de Justiça de Andradina, comunicando a promoção de arquivamento do IC nº 2612/16.

6.5. Pt. 102.151/18 – Ofício encaminhado pela Doutora Débora Bertolini Ferreira Simonetti, 3ª Promotora de Justiça de Hortolândia, comunicando o cumprimento à recomendação expedida na Homologação da Promoção de Arquivamento do IC nº 5534/17.

6.6. Pt. 101.577/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Eloy Ojea Gomes, 8º Promotor de Justiça de Guarujá, comunicando o cumprimento do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 483/18.

6.7. Pt. 101.665/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Adriano Vanderlei Mellega, 2º Promotor de Justiça de Igarapava – acumulando, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 047/10.

6.8. Pt. 102.128/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Leonardo Mezikas, 1º Promotor de Justiça de Vargem Grande do Sul, comunicando o cumprimento integral dos Compromissos de Ajustamento de Conduta nº 001/17 e 002/17 firmados no IC nº 212/16.

6.9. Pt. 102.131/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Christiano Augusto Corrales de Andrade, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Franca, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 397/05.

6.10. Pt. 102.159/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Denis Henrique Silva, 3º Promotor de Justiça de Sumaré, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 1100/14.

6.11. Pt. 102.737/18 – Ofício encaminhado pelo

Doutor Paulo Cesar Correa Borges, 1º Promotor de Justiça de Franca, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 1535/18. **6.12.** Pt. 102.820/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Guilherme Onofri Azevedo Figueiredo, 1º Promotor de Justiça de Agudos, comunicando o cumprimento do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 016/10. **6.13.** Pt. 103.255/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Luiz Antônio Miguel Ferreira, 3º Promotor de Justiça de Presidente Prudente - GEDUC, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 015/17. **6.14.** Pt. 102.196/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Sergio Campanharo, 6º Promotor de Justiça de Assis – GAEMA – Núcleo Médio Paranapanema, comunicando o arquivamento do IC nº 068/15 com Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta a ser fiscalizado nos autos do PAA nº 048/18. **6.15.** Pt. 102.198/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Luis Fernando Rocha, 3º Promotor de Justiça de Assis – GAEMA – Núcleo Médio Paranapanema, comunicando o arquivamento do IC nº 061/15 com Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta a ser fiscalizado nos autos do PAA nº 048/18. **6.16.** Pt. 102.595/18 – Ofício encaminhado pela Doutora Renata Pires Smith da Silva, 1ª Promotora de Justiça Substituta da 32ª C.J. (Bauru) na PJ de Taboão da Serra, comunicando o arquivamento do PAA nº 2894/18. **6.17.** Pt. 103.351/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Gustavo Yamaguchi Miyazaki, Promotor de Justiça de Palestina – designado na PJ de Macauba, comunicando o arquivamento do PAA nº 173/18. **6.18.** Pt. 103.781/18 – Ofício encaminhado pelo Doutor Darlan Dalton Marques, 8º Promotor de Justiça de Taubaté, comunicando os arquivamentos dos PAA nº 2328/18 e nº 2329/18. **6.19.** Pts. 102.192/18 e 102.193/18 – Ofícios encaminhados pelo Doutor Delton Esteves Pastore, 8º Promotor de Justiça de Direitos Humanos, comunicando os arquivamentos dos PAF nº 1570/13 e nº 190/16. **7 - ENCERRAMENTO** - Cumprida a pauta,

restou definido que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 22 de janeiro de 2019 (terça-feira), às 10h30. Nada mais havendo a relatar, eu, Olheno Ricardo de Souza Scucuglia, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata, que é também integrada por um DVD contendo áudio e vídeo integral da Sessão, o qual recebeu o protocolo nº 1490/19. Aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros do Conselho Superior do Ministério Público que dela participaram.

Observações: 1-) A ata está sendo publicada por extrato, de conformidade com o que preceituam a Lei Orgânica Nacional (artigo 15, § 1º), a Lei Orgânica Estadual (artigo 35, § 3º) e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (artigo 14, inciso XII, item “1”; artigo 15, incisos II e XII, item “1”; e artigo 43, § 1º). 2-) A íntegra da ata será disponibilizada no *site* do Ministério Público, na área de acesso reservado aos seus membros.